ISSN: 2358-8829

NOVOS DISPOSITIVOS DA PEDAGOGIA DA SEXUALIDADE: REDES SOCIAIS E DISCURSOS EVANGÉLICOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL

Jhonatan Felipe Souza Gomes[1]
Aurea Augusta Rodrigues da Mata[2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o discurso religioso evangélico ultrapassou os limites do templo e passou a ocupar as plataformas digitais. Nesse movimento, pastores se converteram também em influenciadores capazes de moldar opiniões e intervir na cultura e na política. A autoridade desses pastores-influenciadores se constitui de maneira complexa, pois mescla o poder pastoral, já discutido por Foucault (2008), com métricas de engajamento, como curtidas, compartilhamentos e visualizações (Medeiros et al., 2022). Silva e Costa (2021) descrevem a figura do "pastor de internet" como um fenômeno de autorreferencialidade, um "eu" midiático que constrói outro tipo de autoridade religiosa, independente do vínculo estrito com uma igreja física.

Ao compreender a expansão desse tipo de autoridade, recorremos à noção de poder pastoral (Foucault, 2008), que traduz a figura do pastor não apenas como um líder religioso, mas como responsável pela condução das condutas por intermédio da lei e com o objetivo da salvação. Esse processo caracteriza uma tecnologia de governo dos indivíduos, fundada no conhecimento de cada ovelha e na direção de sua consciência: [...] o pastorado no cristianismo deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens [...] ao longo de toda a vida deles e a cada passo da sua existência (Foucault, 2008, p. 218-219).

As plataformas digitais dão a essa arte de conduzir um alcance inédito. Os algoritmos não apenas organizam informações; eles avaliam o que será considerado relevante e afetam "como elas [as pessoas] percebem e pensam sobre os horizontes de conhecimento, e como elas se compreendem no e pelo discurso público" (Gillespie, 2018,

[1]Mestrando do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, UFPB; Psicólogo pelo Centro Universitário Unipê; jhonatan.gomes@academico.ufpb.br; O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;
[2]Doutora em Educação/UFPE. Docente do Centro de Educação/UFPB. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH/UFPB aurea.augusta@academico.ufpb.br;

p. 110). Como favorecem conteúdos emocionalmente apelativos e de alta repetição (Paveau, 2021), sermões sobre pecado, família e sexualidade alcançam públicos que não procuraram por esses conteúdos, portanto, a expansão do pastorado para internet atinge milhões de pessoas, podendo construir socialmente que tipo de conduta é legítima e qual pode ser considerada negativa, antinatural ou pecado. Isso pode desencadear as violências contra a população LGBTQIAPN+, já discutidas por Natividade (2008) e Natividade e Oliveira (2009). Chamamos esse fenômeno de pastorado algorítmico: a atualização do poder pastoral pelos mecanismos de recomendação das plataformas, que ampliam a recorrência e a visibilidade de determinados discursos religiosos sobre corpos, identidades e sexualidades.

Para compreender o que esses discursos produzem, recorremos à noção de pedagogias da sexualidade de Louro (1999). Para a autora, a sexualidade não é um dado natural, mas algo aprendido e construído ao longo da vida, e a escola não é a única instância que a ensina:

> Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, freqüentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas (Louro, 1999, p. 16).

Quando essa pedagogia ocorre fora dos sistemas escolares, mas com intencionalidade e em espaços de interação nos quais se transmitem valores e modos de agir, ela pode ser lida como educação não formal (Gohn, 2006). É o caso dos conteúdos em que pastores-influenciadores se propõem explicitamente a ensinar, a um público amplo, como compreender e conduzir o desejo, o corpo e a identidade.

Esse ensino nem sempre assume a forma da condenação explícita. Com frequência, pessoas LGBTQIAPN+ são "acolhidas" sob um discurso de cuidado que, no entanto, exige a renúncia ao desejo e o enquadramento da sexualidade à doutrina. Natividade (2008) mostra que, no campo evangélico hegemônico, a acolhida tem uma finalidade definida: “Ao homossexual, portador de um ‘defeito’, é concedido acolhimento, com vista à mudança e adequação aos valores religiosos propalados” (Natividade, 2008, p. 125). Por isso, a aparente abertura não significa ruptura com a rejeição. O resultado aproxima-se do que Louro (2000) descreve como pedagogia: ensina-se que “a carne que arrasta ao pecado necessita de vigilância” e que o fiel deve “adotar postura de renúncia e resistência” (Natividade, 2008, p. 122), produzindo nos sujeitos

uma atenção constante às próprias disposições eróticas, cujo exercício é interditado. Trata-se de uma violência simbólica, no sentido de Bourdieu (2001), porque é exercida sem ser reconhecida como violência. Ela se apresenta como cuidado, e o fiel frequentemente a acolhe como entrega espiritual legítima.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como a educação não formal promovida por pastores-influenciadores reforça pedagogias da sexualidade que combatem a diversidade sexual e produz discursos de violência simbólica ao classificar orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes como pecado ou distorção moral.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de perspectiva teórico-crítica (Severino, 2007), documental e organizada como estudo de caso único. O caso único é utilizado por apresentar a oportunidade de explorar profundamente a unidade de análise que responda às questões teóricas levantadas neste estudo. (Yin, 2001, p. 62). O estudo de caso também se aplica quando os limites entre o fenômeno e seu contexto não são claramente percebidos. O vídeo analisado não é tomado como simples opinião religiosa, mas como documento de uma prática educativa não formal (Gohn, 2006). O conteúdo escolhido também se justifica por ser típico de um formato hoje recorrente de circulação do discurso religioso: o conteúdo na internet, em formato de entrevista em podcast de entretenimento.

O corpus é o vídeo "A homossexualidade segundo a Bíblia: Yago Martins e David Riker" (2026), episódio nº 1878 do Inteligência Ltda. Podcast, publicado no YouTube em 3 de julho de 2026 (2h12min; 138.800 visualizações até 23 de setembro de 2026). O canal tem mais de 5 milhões de inscritos e público generalista, não apenas cristão. Conduzido por Rogério Vilela, o episódio recebe dois pastores: Yago Martins, batista, responsável pelo canal Dois Dedos de Teologia (2026), com mais de 1 milhão de inscritos; e David Riker, presbiteriano, que atua desde 2005 "na área de sexualidade" e também vende diversos infoprodutos sobre como lidar com a sexualidade segundo os princípios cristãos. (Riker, 2026).

O áudio foi transcrito integralmente com o software Buzz, baseado no modelo Whisper, e tratado por análise de conteúdo temática (Bardin, 2011). Também foi utilizada a inteligência artificial Claude (Anthropic, 2026) para conferir maior fidedignidade às categorias de análise e para a revisão gramatical e textual. As categorias foram derivadas de três eixos teóricos: o poder pastoral como condução das condutas (Foucault, 2008); a

homofobia pastoral como regulação da sexualidade sob a linguagem do acolhimento (Natividade; Oliveira, 2009); e a pedagogia da sexualidade (Louro, 1999). O cruzamento desses eixos com a leitura do material resultou em cinco categorias de análise, às quais foram vinculados 15 recortes do vídeo, identificados de R1 a R15.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estúdio como púlpito: autoridade, entretenimento e circulação

O primeiro elemento que o caso evidencia é a constituição do poder pastoral fora do templo, expandindo a condução das condutas do território para as mídias digitais. Logo na apresentação, David Riker legitima sua fala por três vias: a posição eclesiástica, o tempo de atuação e a formação específica.

> R1- [...] sou pastor na Igreja Presbiteriana de Alphaville, em São Paulo, aqui, e atuo desde 2005 na área de sexualidade [...] focando na capacitação de liderança na igreja, de como a igreja tem que acolher, lidar, discipular, aconselhar [...]. É um trabalho prático no chão da igreja [...]. E também a gente tem uma formação nessa área, além de teologia, formação em sexualidade humana (Riker, 2026, 4min 44s - 6min 8s).

A autoridade que se apresenta não é apenas espiritual, mas também técnica (“formação em sexualidade humana”) e prática (“no chão da igreja”). O poder pastoral caracteriza-se também nas figuras que reivindicam para si o conhecimento suficiente para conduzir os fiéis; no caso descrito, sua atividade central é a capacitação de lideranças e a formação pedagógica interna, do campo religioso, para que os líderes possam saber conduzir os temas sobre a sexualidade. Isso evidencia a intencionalidade educativa própria da educação não formal (Gohn, 2006).

Essa lógica de autoridade é legitimada também com o alcance dos conteúdos desses pastores influenciadores: o podcast alcança um público amplo, e serve também como instrumento que direciona os ouvintes ao Instagram e dali a formações e atendimentos a líderes e famílias (Riker, 2026). Configura-se, assim, a figura do “pastor de internet”, cuja autoridade se constrói em rede, “tornando-se fenômenos de referência para os seus milhões de seguidores” (Silva; Costa, 2021, p. 8).

Novas linguagens para a mesma pedagogia do controle sexual

ISSN: 2358-8829

A questão que estrutura boa parte do episódio consiste na pergunta: "ser gay é pecado?", e a mesma é respondida na divisão entre experiência homossexual enquanto orientação sexual e enquanto prática:

> R2 - [...] Uma coisa é dizer assim, uma pessoa tem atração pelo mesmo sexo. [...] Outra coisa é a prática da homossexualidade. [...] A outra coisa é tal da identidade. [...] A Bíblia não constrói identidade a partir do que a pessoa sente. [...] Para o mundo de hoje, você é o que você sente. (Riker, 2026, 15min 9s - 16min).

O recorte mostra a pedagogia da sexualidade (Louro, 1999) em funcionamento, pois oferece-se ao ouvinte uma linguagem para ler a si mesmo e aos outros. A atração, involuntária, é tolerada como tentação, já a prática é pecado; o "sentimento" homossexual é tolerado segundo os parâmetros bíblicos, desde que haja uma "transformação" nestes indivíduos. Conforme já discutido por Natividade e Oliveira (2009), essa rejeição da prática homossexual e suposto acolhimento do indivíduo configura-se igualmente uma violência. Para os autores, trata-se de um discurso que "acolhe para 'transformar' e expurgar sexualidades e identidades consideradas indesejáveis" (Natividade; Oliveira, 2009, p. 224). A distinção feita por Riker atualiza a máxima de acolher o pecador e odiar o pecado, mas articula-se discursivamente como se fosse possível separar a pessoa daquilo que ela sente e faz, a acolhida carrega um juízo moral velado sobre pessoas LGBTQIAPN+ e funciona como continuidade do combate à diversidade sexual.

Esses discursos funcionam como pedagogias, que estruturam a rejeição à diversidade sexual com base teológica. Não por acaso, um dos convidados declara evitar a expressão consagrada no campo científico e no dos direitos: "Eu não costumo usar muito o termo orientação sexual, porque ela já carrega esse tom… (Riker, 2026, 54min 57s)" (R3). A disputa pedagógica começa pela disputa do vocabulário também.

A aparente concessão de que a atração homossexual não é uma decisão (Riker, 2026, 19min 9s)" é explicada pela doutrina da queda[3], pois a atração "se origina no pecado" (Riker, 2026, 41min 45s - 43min 4s R4). A retirada da culpa individual, direcionando-a para as concepções de pecado não despatologiza o desejo homossexual, apenas o interpreta numa perspectiva teológica, em que ele deixa de ser escolha, mas continua sendo defeito, sinal de uma natureza corrompida. É sob as noções de pecado e

[3] Doutrina cristã baseada na narrativa de Gênesis 3, segundo a qual a desobediência de Adão e Eva introduziu o pecado no mundo e corrompeu a natureza humana (Rm 5,12).

de queda que as sexualidades dissidentes são estigmatizadas. A diversidade sexual não aparece como variação da experiência humana, mas como característica de uma humanidade decaída.

Essas noções, porém, não são universais nem neutras. A ideia de pecado chegou ao Brasil com a colonização, como parte da cultura cristã europeia, e foi imposta a povos cujas vivências da sexualidade não se organizavam sob essas concepções. Musskopf (2008, p. 40-43) mostra que cronistas e missionários leram as práticas sexuais dos povos nativos como prova de uma vida sem lei, associada ao demônio, e que a categoria de "sodomia" enquadrava as práticas homoeróticas como pecado e como crime (Musskopf, 2008, p. 121). O estigma, portanto, não decorre das sexualidades em si, mas da atribuição moral trazida para o Brasil.

Acolher sem afirmar: a homofobia pastoral em linguagem de cuidado

A marca mais evidente do episódio é o afastamento explícito da "cura gay". Riker recorre a uma imagem para marcar a diferença.

> R5 - [...] A igreja não é uma máquina de heterossexualização [...], você vai entrar aqui e vai sair hétero, não, você vai entrar aqui e vai sair discípulo. [...] Largar a prática sim, lógico. [...] o sexo foi criado por Deus em Gênesis para unir um homem e uma mulher no casamento. E o que não é isso, para a Bíblia é pecado (Riker, 2026, 26min 57s - 30min 6s).

O pregador descreve uma outra forma de transformação, pois abdica das ideias antigas de “cura” e usa outra fórmula: “vai sair discípulo”, mas o discipulado inclui, como condição compulsória, o abandono da “prática”, replicando um processo de apagamento e silenciamento de partes constitutivas do indivíduo. Isso se aproxima do que Natividade e Oliveira (2009) descrevem como homofobia pastoral; os autores apresentam como o acolhimento não suspende o poder religioso sobre os homossexuais, mas o intensifica, ao buscar a interiorização dos códigos religiosos e a adesão a um projeto de discipulado moral que perpetua simbolicamente a repressão e a violência. A técnica, entretanto, deixa de ser a conversão da orientação sexual e passa a ser o celibato e a vigilância constante sobre o próprio desejo, movimento que não se aplica igualmente à pessoas cisheterossexuais. A recusa da "cura gay", contudo, não retira a necessidade compulsória da renúncia, mas alimenta a crença numa transformação: “existem muitos relatos de pessoas que abandonam até mesmo essa inclinação. Eu não acredito em cura gay.” (R6). (Martins, 2026, 1h 1min).

O problema de discursos como esses está vinculado ao processo histórico de violências contra a população LGBTQIAPN+ no país, que vão das práticas conhecidas como "cura gay" às agressões e mortes. Perpetuar outras formas, ainda que veladas, de impor a renúncia à sexualidade por ela não corresponder à norma é também manter a estrutura que dificulta a promoção dos direitos humanos. Nega-se que a igreja ou a psicologia possam produzir a “cura gay”, mas valorizam-se os relatos em que “a atração lhes abandonou”, apresentados como possível “milagre”. Buttignol (2023) também observa essa atualização, em que o vocabulário da “cura” dá lugar a formulações menos expostas do ponto de vista jurídico e profissional, sem abandonar o ideal heterossexual.

A delimitação do acolhimento aparece também na forma como os líderes tratam as alternativas religiosas que afirmam a diversidade sexual (R7). Para os pastores, que defendem uma teologia hegemônica que prega a norma cisheterossexual, as igrejas inclusivas são classificadas como “corrupção” e “heresia”. Para eles, nem mesmo a autodenominação “crente gay”, ainda que acompanhada do celibato, é admitida. O acolhimento depende do apagamento não só da identidade homossexual, como também da nomeação:

> R7- Você vai ter, claro, hoje igrejas inclusivas, igrejas que são pró-LGBT, mas elas não representam um cristianismo histórico, nem nada assim. São uma corrupção, uma heresia [...] não é que a gente quer apagar a existência do indivíduo. [...] A gente está tentando reconfigurar a noção de identidade. [...] Então se dizer que eu sou um crente homossexual já é uma reconfiguração complicada de linguagem (Martins, 2026, 37min 20s - 41min 35s).

Entretanto, os pastores não se reconhecem num lugar de combate: [...] eu não tenho na rede social uma linguagem de guerra cultural, eu prefiro falar sobre o cuidado pastoral [...], porque a guerra cultural tem o seu lugar [...] (Riker, 2026, 1h 29min – R8). A guerra cultural não é recusada, mas reconhecida como possível; prefere-se outro tom, mais eficaz para alcançar pais, filhos e comunidades. A distinção entre o discurso de ódio explícito e o discurso de cuidado, na prática, são muito semelhantes: ambos sustentam que a vivência homossexual é pecado e que a identidade LGBTQIAPN+ não deve ser reconhecida. O segundo, porém, é menos reconhecível como violência e, por isso, mais facilmente interiorizado. O ponto crítico dessa lógica está na mensagem final dirigida ao público:

> R9 - [...] existe um ódio que talvez você não sinta como ódio, mas que a Escritura vai chamar de ódio, que é o ódio da aprovação do erro [...]. Então você que ouve tudo isso aqui, eu quero convidá-lo a ouvir sobre Cristo [...] que

> gera a renúncia, em que existem coisas na sua vida que você não vai poder viver mais [...] (Martins, 2026, 2h 5min 15s– R9).

O pseudo exército LGBTQIAPN+

O pregador exemplifica um caso com sua filha, que aos 12 anos, o contou que um colega de sala se declara assexual, e o pastor conclui que, "sem sentir nada, sem fazer nada, ele já virou LGBT" (Riker, in Inteligência Ltda., 2026, 34min 19s – R10). Riker ainda faz comentários sobre o corpo do menino e usa o exemplo para afirmar que "[...] é uma pressão hoje muito comum, muito cedo, você dizer aí quem você é, qual é a sua categoria sexual. 33min 26s – R10) ". A escola aparece como o lugar da pedagogia "errada", e a nomeação das identidades como pressão, mesmo quando o contexto não aponta para nenhum tipo de imposição. Esse argumento reflete o pânico moral em torno da chamada "ideologia de gênero", que constrói a diversidade sexual como ameaça às crianças e à família (Miskolci, 2018).

Essa disputa é formulada de modo ainda mais direto quando o movimento LGBTQIAPN+ é descrito como um educador rival.

> R 11 -[...] (o movimento LGBT), ele ensina para o menino: você é o que você sente [...]. O menino adolescente, ele recebe uma identidade [...] e agora eu faço parte de um exército que tem uma bandeira, que tem uma agenda, que tem militância [...]. (Riker, 2026, 1h 35min 44s - 1h 36min 16s).

Nesse sentido, a população LGBTQIAPN+ é convertida em "exército" com "bandeira". Essa fala se alinha aos discursos "antigênero", que enquadra as políticas de direitos humanos como projeto ideológico (Pereira; Aragusuku; Teixeira, 2023). O pastorado digital, portanto, não apenas ensina normas, mas desqualifica, junto a um público jovem, outras fontes de formação, como a escola, as políticas públicas e as comunidades de pertencimento.

A família é o principal canal de capilarização dessa pedagogia. Riker descreve seu trabalho de atendimento a pais (R12):

> "[...] eu atendo muitas famílias que têm filhos que foram criados na igreja e são homossexuais e decidem viver suas vidas, e os pais entram em luto [...], não porque o filho morreu, mas porque morreu a expectativa que eles tinham do filho [...]. (Riker, 2026, 1h 19min 4s - 1h 19min 22s – R12).

O vocabulário do luto, emprestado da psicologia, serve a finalidade moral de ensinar os pais a amar "sem aprovação". Expulsar o filho de casa é condenado como atitude de "um pai que não está entendendo o evangelho"; mas rejeitar que ele "viva

assim” ou traga um parceiro é apresentado como orientação possível. O mesmo descreve: “Amor não é aprovação [...]. Deus nos ama e não nos aprova em tudo” (Martins e Riker, 2026, 1h 20min 48s - 1h 24min 8s – R13). A homofobia pastoral (Natividade; Oliveira, 2009) se apresenta, não apoiando um comportamento hostil por parte dos pais, mas ainda sustentando um tipo simbólico de rejeição constante àquelas crianças e adolescentes que dependem dos pais.

A mesma lógica aparece, com contornos ainda mais nítidos, no relato sobre uma pessoa trans:

> [...] você tem um filho, ele é homem, ele tem 21 anos, ele nunca foi pensado em transgeneridade, chega um dia do mais puro nada [...]. Ele tá vestido com a roupa da mãe e dizendo meu nome agora é fulana. Você acha que esse pai e essa mãe têm condições psicológicas de simplesmente falar: claro, tá tudo certo, é fulana? [...] (Riker, 2026, 1h 27min 10s - 1h 27min 44s – R14).

O relato é construído inteiramente do ponto de vista dos pais e a compaixão dirige-se à família, não à pessoa que se afirma trans e está em processo de construção. Apesar da retirada da transexualidade do rol de transtornos mentais na CID-11 (Organização Mundial da Saúde, 2022), estruturalmente a população trans e travesti são alvos de diversas violências (Benevides, 2026). Portanto, sabendo do cenário histórico de hostilidade frente à essas pessoas, olhar para o processo de identificação de gênero sob a lógica das “condições psicológicas” dos pais pode representar a perpetuação dessas violências estruturais, pois a vítima, nesses casos, não são os pais e sim os filhos.

Liberdade religiosa, Estado e a inversão da violência

A última categoria reúne as falas em que os convidados se posicionam diante do Estado. Ambos relatam ter sido alvo de algum tipo de perseguição: Yago Martins, por racismo religioso; David Riker, por homofobia. “ [...] uma cultura muito profunda de tentar calar quem pensa diferente [...] E aí ficam acusando a gente que é cristão de querer [...] apagar a existência de pessoas LGBT, quando tentam apagar a existência dos cristãos” (Martins, 1h 34min – R15). Martins apresenta uma manifestação do Ministério Público que, segundo ele, teria afastado a caracterização de discurso de ódio em sua fala: "Eu tenho uma cartinha do Ministério Público dizendo que eu posso dizer o que eu digo" (13min 49s). O episódio exemplifica o tênue limiar entre liberdade religiosa e discurso de ódio. Do ponto de vista jurídico, essa fronteira se torna mais nítida quando as falas são explícitas, como nos casos do pastor André Valadão, alvo de representações ao Ministério

Público de Minas Gerais e de procedimento instaurado pelo Ministério Público Federal após o culto "Deus odeia o orgulho" (MPF [...], 2023); e também do pastor David Eldridge, investigado pela Polícia Civil do Distrito Federal por afirmar, em congresso evangélico, que homossexuais teriam "uma reserva no inferno" (Marra; Giovanni, 2023). Com os avanços legais foi possível combater diversas violências, entretanto, permanece difícil delimitar o ponto em que a violência simbólica, exercida de forma velada passa a configurar homotransfobia em sentido jurídico. Daí a importância de estudos voltados a esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender como a educação não formal promovida por pastores-influenciadores reforça pedagogias da sexualidade contrárias à diversidade sexual e de gênero. O poder pastoral é estendido do templo para a internet, onde a autoridade espiritual usufrui do lugar de influência e saber teológico para perpetuar a violência sob uma linguagem de cuidado. Recusa-se a "cura gay", mas mantém-se a exigência de renúncia à prática, à identidade e até à nomeação de si enquanto pessoa LGBTQIAPN+. A distinção entre atração, prática e identidade, a doutrina da queda e o argumento da natureza funcionam como conteúdos de ensino, que direcionam o público a ler o próprio desejo como defeito; atualizam uma moral sexual de matriz colonial. Trata-se de violência simbólica, mais eficaz por ser menos reconhecível como violência, e que permanece aquém do limiar jurídico da homotransfobia. A noção de pastorado algorítmico, aqui proposta, ajudou a nomear essa atualização do poder pastoral nas plataformas. Por se tratar de estudo de caso único, os resultados não são generalizáveis; pesquisas futuras podem ampliar essas investigações. Reafirma-se, por fim, a Educação em Direitos Humanos como contraponto necessário a essas pedagogias.

Palavras-chave: Diversidade sexual, Gênero, Redes sociais, Pastorado, Evangélicos.

REFERÊNCIAS

ANTHROPIC. **Claude**. Versão Opus 5.5. San Francisco: Anthropic, 2026. Disponível em: https://claude.ai. Acesso em: 2 out. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026. Disponível em: https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2026/01/dossie-antra-2026.pdf. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e Mandado de Injunção nº 4733**. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 13 jun. 2019.

BUTTIGNOL, Fernando Cesar. **Religião e homossexualidade na esfera pública**: o ativismo digital e conservador evangélico. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

DOIS DEDOS DE TEOLOGIA. **Dois Dedos de Teologia**. [*S. l.*]: YouTube, [20--]. Canal do YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/doisdedosdeteologia. Acesso em: 23 set. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

INTELIGÊNCIA LTDA. **A homossexualidade segundo a Bíblia**: Yago Martins e David Riker – Inteligência Ltda. Podcast #1878. [*S. l.*: *s. n.*], 2026. 1 vídeo (2h12min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p88gPoQNfhI. Acesso em: 23 set. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MARRA, Pedro; GIOVANNI, Pablo. PCDF abre inquérito sobre discurso homofóbico de pastor em evento religioso. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 fev. 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/02/5075547-pcdf-abre-inquerito-sobre-discurso-homofobico-de-pastor-em-evento.html. Acesso em: 6 out. 2026.

MEDEIROS, Fernanda Faria *et al.* Influenciadores digitais da fé: celebridades ou evangelizadores? **RuMoRes**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 273-292, 2022.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu**, n. 53, e185303, 2018.

MPF apura falas de André Valadão contra população LGBTQIA+. **Poder360**, Brasília, 4 jul. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/justica/mpf-apura-falas-de-andre-valadao-contra-populacao-lgbtqia/. Acesso em: 6 out. 2026.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas**: itinerários para uma teologia queer no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Deus me aceita como eu sou?** A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-161, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro de. "Nós acolhemos os homossexuais": homofobia pastoral e regulação da sexualidade. **Tomo**, São Cristóvão, n. 14, p. 204-227, jan./jun. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças, 11ª revisão (CID-11)**. Genebra: OMS, 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; ARAGUSUKU, Henrique Araujo; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIAPN+ e ativismo antigênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, p. 1-21, 2023.

RIKER, David. **Links**. 2026. Disponível em: https://riker.com.br. Acesso em: 2 jun. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Odlinari Ramon Nascimento da; COSTA, Luciana Miranda. O pastor de internet e a midiatização digital da religião. **Tropos**: Comunicação, Sociedade e Cultura, Rio Branco, v. 10, n. 1, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.